



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI COMPLEMENTAR Nº 21/1997

Que dá nova redação à Lei Complementar nº 5, de 13/07/93.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

CAPITULO I DA INSTITUIÇÃO, OBJETIVOS E COMPETENCIAS

Art. 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME, instância colegiada, de natureza deliberativa e consultiva com a função de assessoramento gerencial à secretaria municipal de Educação e aos demais órgãos educacionais existentes no Município.

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME tem como objetivo fundamental a democratização do debate sobre a educação com o propósito de melhorar a qualidade do ensino prestado pela iniciativa pública e privada.

Parágrafo único. O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME atuará em consonância com a política governamental de educação, diretrizes e princípios vigentes, especialmente os definidos na LOM e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 3º São competências do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME, sem prejuízos das funções do Poder Legislativo:

I - subsidiar a formulação de políticas educacionais articuladas com as políticas públicas de outras áreas e acompanhar sua implantação;

II - definir as prioridades da educação;

III - estabelecer as diretrizes a serem observadas no Plano Municipal de Educação;

IV - atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política municipal de educação;

V - propor critérios para a programação e para as execuções orçamentárias e financeiras do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, objetivando a aplicação de, pelo menos 25% da arrecadação municipal de acordo com o art. 212 da Constituição Federal;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de educação prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas existentes no Município;

VII - definir critérios de qualidade de ensino prestado pelas entidades públicas e privadas no Município;

VIII - definir critérios para a elaboração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas de educação;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

X - estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidade escolar a ser construído pelo Poder Público;

XI - fixar diretrizes para a elaboração do regimento, calendário e currículo escolar, observada a autonomia das unidades educacionais;

XII - estudar as causas da evasão e da repetência escolar propondo alternativas de solução;

XIII - propor medidas para o atendimento das crianças, adolescentes e adultos portadores de necessidades especiais de caráter intelectual, físico e psicológico;

XIV- propor a execução de programas de aperfeiçoamento profissional e de intercâmbio de experiências na área educacional;

XV - estabelecer diretrizes para o programa da merenda escolar e acompanhar a aplicação dos recursos financeiros específicos;

XVI - elaborar o seu Regimento Interno.

CAPITULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME terá a seguinte composição:

I - 1 representante do Governo Municipal;

II - 1 representante das entidades privadas conveniadas, contratadas ou subsidiadas pelo Governo Municipal;

III - 1 representante dos professores;

IV - 1 representante da administração das escolas públicas;

V - 1 representante da Superintendência Regional de Ensino da Secretaria de Estado de Educação;

VI - 1 representante da Câmara Municipal;

VII - representantes da sociedade civil assim elencados:

a) 2 representantes das associações comunitárias ou de moradores de bairro;

b) 2 representantes de colegiados das escolas públicas;

c) 1 representante de alunos das escolas públicas existentes no Município;

d) 1 representante de associação de portadores de deficiência.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§1º A cada titular do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME corresponderá 1 (um) suplente.

§2º Será considerada como existente, para fins de participação no CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME, a entidade regularmente organizada.

§3º O número de representantes da sociedade civil não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME.

Art. 5º Os membros efetivos e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das instituições correspondentes ou da plenária das entidades de educação quando houver.

§1º Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal.

§2º O secretário municipal de Educação é membro nato do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME e será seu presidente.

§3º Na ausência ou impedimento do presidente, a presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME será assumida pelo seu suplente.

Art. 6º O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - o exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;

II - os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME serão substituídos caso falem, sem motivo justificado, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas no período de 1 (um) ano;

III - os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

Art. 7º O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME terá funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - o órgão de deliberação máxima é o Plenário;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente e cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;

III - para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;

IV - cada membro do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - em caso de empate nas votações, caberá ao presidente o voto de Minerva ou de qualidade;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

VI - as decisões do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 8º Para melhor desempenho de suas funções, o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME as instituições formadoras de recursos humanos para a educação e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços educacionais sem embargo de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo único. As resoluções do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissão deverão ser amplamente divulgados.

Art. 10. O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME elaborará o seu regimento interno no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a promulgação desta lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeitos a 20 de agosto de 1997.

Art. 12. Revogam-se as disposições contrárias, especialmente a Lei Complementar nº 5, de 13.07.93.

Passa Quatro, 18 de novembro de 1997.

Dr. Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Sec. Mun. Administração

Maria Célia Vieira Lopes
Sec. Mun. de Educação